

## **Manual de Marcação a Mercado**

**Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.**

**26 de julho de 2017**  
**Versão: – 02 - 2017**

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	5
2. PRINCÍPIOS GERAIS .....	6
3. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	8
4. VISÃO DO PROCESSO .....	8
4.1. Coleta de Preços .....	8
4.2. Tratamento dos Preços Coletados .....	9
4.3. Validação dos Dados/Preços Tratados.....	10
4.4. Aplicação dos Preços às Carteiras .....	10
4.5. Validação da Aplicação dos Preços às Carteiras .....	11
4.6. Monitoramento do processo de MaM.....	11
4.7. Supervisão Dinâmica da Metodologia .....	11
5. ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	12
5.1. Convenções Utilizadas .....	12
5.1.1. Taxas de juros no mercado brasileiro .....	12
5.1.2. Método de interpolação e extrapolação .....	12
5.1.3. Estrutura temporal das taxas de juros .....	12
5.1.4. Valor das cotas de abertura/fechamento .....	13
5.2. Fontes de Informações Primárias .....	14
5.3. Fontes de Informações Alternativas .....	14
6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL QUE INTERAGE COM A PRECIFICAÇÃO .....	15
6.1. Gerência de Controladoria de Ativos e Passivos .....	15
6.2. Controladoria .....	15
6.3. Comitê Fiduciário .....	16
6.4. Comitê de Recursos de Terceiros Nível II .....	17
6.5. Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros.....	19
7. METODOLOGIA DE MaM .....	19
7.1. TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS .....	19
7.1.1. Letras Financeiras do Tesouro (LFT) .....	19

7.1.2.	Letras do Tesouro Nacional (LTN) .....	21
7.1.3.	Notas do Tesouro Nacional – NTN .....	22
7.1.3.1.	Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B) .....	22
7.1.3.2.	Notas do Tesouro Nacional Série C (NTN- C) .....	23
7.1.3.3.	Notas do Tesouro Nacional Série F (NTN-F) .....	25
7.1.3.4.	Notas do Tesouro Nacional–D (NTN-D) e Notas do Banco Central– E (NBC-E) .....	26
7.2.	TÍTULOS PRIVADOS .....	28
7.2.1.	Certificados de Depósito Bancário – CDBs .....	28
7.2.1.1.	CDB Com Compromisso de Recompra .....	28
7.2.1.2.	CDB Sem compromisso de recompra .....	28
7.2.1.2.1.	CDBs Prefixados .....	31
7.2.1.2.2.	CDBs Indexados ao CDI .....	31
7.2.1.2.3.	CDBs Indexados a Índices de Preços.....	31
7.2.2.	Recibos de Depósito Bancário – RDBs.....	32
7.2.3.	DEPÓSITOS A PRAZO COM GARANTIA ESPECIAL DO FGC DPGEs .....	32
7.2.3.1.	DPGEs Prefixados.....	34
7.2.3.2.	DPGEs Indexados ao CDI .....	34
7.2.3.3.	DPGEs Indexados a Índices de Preços .....	34
7.2.4.	Debêntures.....	34
7.2.5.	Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRIs.....	35
7.2.6.	Cédula de Crédito Bancário - CCB .....	36
7.2.7.	Letra Financeira – LF .....	36
7.3.	RENTA VARIÁVEL .....	39
7.3.1.	Ações.....	39
7.3.2.	Recibo de Subscrição de Ações .....	40
7.3.3.	Direitos de Subscrição de Ações .....	40
7.4.	DERIVATIVOS.....	41
7.4.1.	Contrato a Termo .....	41
7.4.2.	Mercado de Opções.....	41
7.4.3.	Mercado de Futuros .....	42

7.4.4.	SWAP .....	43
7.5.	FUNDOS DE INVESTIMENTO .....	43
7.5.1.	Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDCs .....	43
7.5.2.	Cotas de Fundo de Investimento - FI.....	44
7.6.	OUTRAS OPERAÇÕES .....	44
7.6.1.	Operações Compromissadas.....	44
7.6.2.	Aluguel de Ações .....	44
7.7.	ATIVOS NEGOCIADOS NO EXTERIOR.....	44
7.7.1.	Bradies .....	45
7.7.2.	Globais .....	45
7.7.3.	Ações Internacionais e ADRs.....	45
7.8.	ATIVOS EM DEFAULT .....	45

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente Manual contempla os princípios usados como direcionadores dos processos de marcação a mercado, a visão do processo, os aspectos mercadológicos, as estruturas organizacionais envolvidas e a metodologia de marcação a mercado (“MaM”) adotada para os ativos financeiros integrantes das carteiras dos Fundos de Investimento sob administração fiduciária do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul” ou “Administrador Fiduciário”).

O processo de MaM consiste em registrar todos os ativos financeiros que compõem as carteiras para efeito de valoração e cálculo de cotas pelos valores transacionados no mercado, para os casos de ativos líquidos ou, pela melhor estimativa de preço que o ativo teria em uma eventual transação no mercado secundário, nos casos de ativos ilíquidos.

A MaM tem por objetivo principal evitar a transferência de riqueza entre os cotistas, além de proporcionar maior clareza e transparência sobre os riscos assumidos, sejam eles de crédito, de liquidez ou de mercado, associados ou não, entre si.

As técnicas e parâmetros adotados pelo Banrisul estão em conformidade com a legislação, a regulamentação e a regulação e melhores práticas vigentes, bem como com os critérios e conceitos para a determinação do valor justo estabelecidos em pronunciamentos contábeis.

## 2. PRINCÍPIOS GERAIS

O Banrisul adota como direcionadores do processo de MaM os princípios de melhores práticas, de abrangência, de comprometimento, de equidade, de frequência, de formalismo, de objetividade, de consistência e de transparência, conforme abaixo descritos.

### - Melhores Práticas

O processo e a metodologia de MaM seguem as melhores práticas do mercado.

### - Abrangência

Tendo em vista que o principal objetivo da marcação a mercado é evitar a transferência de riqueza entre os diversos cotistas de um Fundo de Investimento, as diretrizes da MaM abrangem todos os fundos não-exclusivos e não-restritos, ou seja, aqueles em que a mencionada transferência de riqueza precisa, necessariamente, ser evitada. Considera-se fundo exclusivo aquele destinado exclusivamente a um investidor e fundo restrito aquele destinado a um grupo determinado de investidores, que tenham entre si vínculo familiar, societário ou pertençam a um mesmo grupo econômico, ou que, por escrito, determinem esta condição. Caso um Fundo de Investimento perca sua característica de fundo exclusivo ou restrito, serão aplicáveis imediatamente todas as regras gerais aplicáveis aos demais fundos.

O presente MaM pode ser aplicado aos fundos exclusivos e restritos, bem como às Carteiras Administradas, nas situações em que o regulamento e ou contrato especificar a adoção do apreçamento dos ativos financeiros pela marcação a mercado.

### - Comprometimento

O Banrisul, enquanto administrador das carteiras, está comprometido em garantir que os preços dos ativos financeiros reflitam os preços de mercado e, na im-

possibilidade de observação destes, empenha seus melhores esforços para estimar os preços de mercado dos ativos financeiros pelos quais seriam efetivamente negociados.

#### **- Equidade**

O critério preponderante do processo de escolha de metodologia, fontes de dados e/ou qualquer outra decisão de MaM deve ser o tratamento equitativo aos cotistas do Fundo de Investimento.

#### **- Frequência**

A MaM tem como frequência mínima a periodicidade de divulgação e cálculo das cotas dos Fundos de Investimento.

#### **- Formalismo**

O Banrisul possui um processo formalizado de precificação, cuja metodologia está disponível neste Manual de MaM, assim como uma área responsável pela execução, pela qualidade do processo, pelo controle da metodologia e pela guarda dos documentos que contenham as justificativas sobre as decisões de apreçamento tomadas.

#### **- Objetividade**

As informações de preços dos ativos financeiros e/ou fatores utilizados no processo de MaM são obtidas, preferencialmente, de fontes externas independentes.

#### **- Consistência**

Nos casos em que o Banrisul é responsável pela precificação, um mesmo ativo financeiro não pode ter preços diferentes em nenhum dos fundos de investimento. Nos casos em que haja contratação de prestação de serviço habilitado para tal função: (i) de maneira análoga, se em um ou mais fundos a precificação ficar a cargo de instituição contratada, um mesmo ativo não pode ter preços diferentes quando utilizado o mesmo Manual de MaM; e (ii) o prestador de serviço contratado também não pode adotar para um igual ativo, mesmo que diferentes fundos e de diferentes administradores, preços diferenciados quando utilizado o mesmo Manual de MaM, imprimindo consistência ao exercício de sua função.

#### **- Transparência**

Esta metodologia de MaM, cuja versão é completa, atualizada e pública, está disponível para consulta no site do Banrisul ([www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)), à disposição

da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Estes princípios gerais devem ser aplicados pelo Administrador Fiduciário de forma coerente, em que a sua aplicação de um não inviabilize a aplicação de outro. Não seguir quaisquer um destes princípios indica violação da relação fiduciária com os cotistas e ou clientes.

### **3. DISPOSIÇÕES GERAIS**

Os ativos integrantes das carteiras dos fundos de investimento devem ser avaliados diariamente pelo valor justo, reconhecendo-se contabilmente a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. O valor justo do ativo não deve ser ajustado para refletir custos de transação.

O Administrador Fiduciário utiliza técnicas de mensuração apropriadas para as circunstâncias e para as quais dados suficientes estão disponíveis para determinar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

A adoção dos procedimentos de MaM produz efeitos imediatos no resultado e no valor da cota do Fundo de Investimento, observadas as demais condições previstas no seu regulamento.

A metodologia do MaM exige trâmite de avaliação no Comitê Fiduciário e Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e deliberação da Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros.

### **4. VISÃO DO PROCESSO**

#### **4.1. Coleta de Preços**

Os preços, as taxas e os índices públicos utilizados pelo Banrisul no processo de MaM das carteiras dos Fundos de Investimento são coletados nas seguintes fontes públicas: B3, ANBIMA, CETIP e Banco Central do Brasil.

Caso não existam fontes públicas disponíveis para obtenção de preços indicativos, o Banrisul coleta preços e ou taxas junto aos players do mercado, bem como às agências de notícias (*Bloomberg, Reuters, Broadcast*), objetivando alimentar o modelo alternativo de precificação. Ainda, de forma secundária, no caso de



indisponibilidade de informações, o Administrador Fiduciário pode repetir as taxas indicativas das curvas de juros e preços do dia imediatamente anterior.

#### **4.2. Tratamento dos Preços Coletados**

Em linhas gerais, para mensurar o valor justo dos ativos, o Administrador Fiduciário adota três diferentes critérios, conforme abaixo:

- I. Nível 1 - O preço cotado em mercado ativo (no qual possa-se ter acesso) para ativos idênticos na data da mensuração oferece a evidência mais confiável do valor justo e deve ser utilizado sem ajuste para mensurar o valor justo sempre que disponível.
- II. Nível 2 - Na impossibilidade do uso de preço cotado (não ajustado) em mercado ativo, o Administrador Fiduciário faz uso de outras informações observáveis para o ativo em questão, fazendo-se ajustes nessa informação de acordo com fatores específicos relacionados ao ativo. Outras informações observáveis podem incluir:
  - a) Preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos;
  - b) Preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos;
  - c) Informações, exceto preços cotados, que sejam observáveis para o ativo, como:
    - c.1) taxas de juros e curvas de rendimento observáveis em intervalos comumente cotados;
    - c.2) volatilidades implícitas; e
    - c.3) spreads de crédito;
  - d) Outras fontes de informações, desde que aceitas pelo mercado.

Nível 3 - Dados não observáveis são utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que haja pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, um preço de saída na data de mensuração do ponto de vista de um participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo. Portanto, dados não observáveis refletem as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco.

Para os ativos financeiros em que há fonte pública disponível para a obtenção de seus preços indicativos e, que os dados disponíveis para a formação do preço indicativo caracterizem uma amostragem significativa, não existe necessidade

de tratamento para os preços. É o caso previsto no critério de Nível 1, por exemplo, das ações, dos títulos públicos federais e das debêntures.

Em situações nas quais o Administrador Fiduciário julgar que o preço cotado no Nível 1 não represente o valor justo do ativo na data da mensuração, admite-se, excepcionalmente, ajuste no preço cotado em mercado ativo para ativo idêntico. Pode ser o caso, por exemplo, quando da ocorrência de eventos significativos após o fechamento do mercado em que o ativo é transacionado, mas antes da data de mensuração. Esta situação exige trâmite de avaliação extraordinária no Comitê Fiduciário e deliberação da Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros.

No caso dos ativos financeiros que não possuam preços e ou taxas divulgadas em fonte pública, o Administrador Fiduciário utiliza o critério Nível 2. Neste caso, o apuração é efetuado por meio de interpolações e extrapolações das taxas de mercado obtidas na fonte pública, necessárias para a montagem das curvas para a precificação de cada vértice de fluxo e ou vencimento, em consonância com este MaM.

Quando os dados observáveis relevantes não estiverem disponíveis, o Administrador Fiduciário adota o critério de apuração Nível 3 para mensurar o valor justo. Os critérios para o apuração deverão ser avaliados, pontualmente, pelo Comitê Fiduciário e deliberados pela Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros.

#### **4.3. Validação dos Dados/Preços Tratados**

A validação dos dados é diária, através do monitoramento dos mercados financeiro e de capitais, nacional e internacional - como *Bloomberg*, *Reuters*, *Broadcast* e Internet, de forma que, quando da importação dos dados, no fechamento do mercado, verifica-se se há informações suficientes para criticar qualquer distorção encontrada nos preços e nos índices divulgados.

Com vistas a eliminar a possibilidade de qualquer inconsistência na precificação, os preços dos ativos financeiros calculados a partir de taxas ou cotações disponibilizadas são validados pela área responsável pela execução da precificação, com base na variação da rentabilidade esperada das taxas e ou preços coletados e tratados, bem como de sua aderência ao mercado. Verificada qualquer inconsistência, o processo é retomado com vistas a corrigir eventuais distorções.

#### **4.4. Aplicação dos Preços às Carteiras**

Depois de validados, os preços e ou taxas são inseridos no sistema operacional de precificação dos ativos das carteiras dos Fundos de Investimento, resultando

no processo de MaM e no cálculo do valor do patrimônio líquido atualizado e da cota de cada um dos Fundos de Investimento.

#### **4.5. Validação da Aplicação dos Preços às Carteiras**

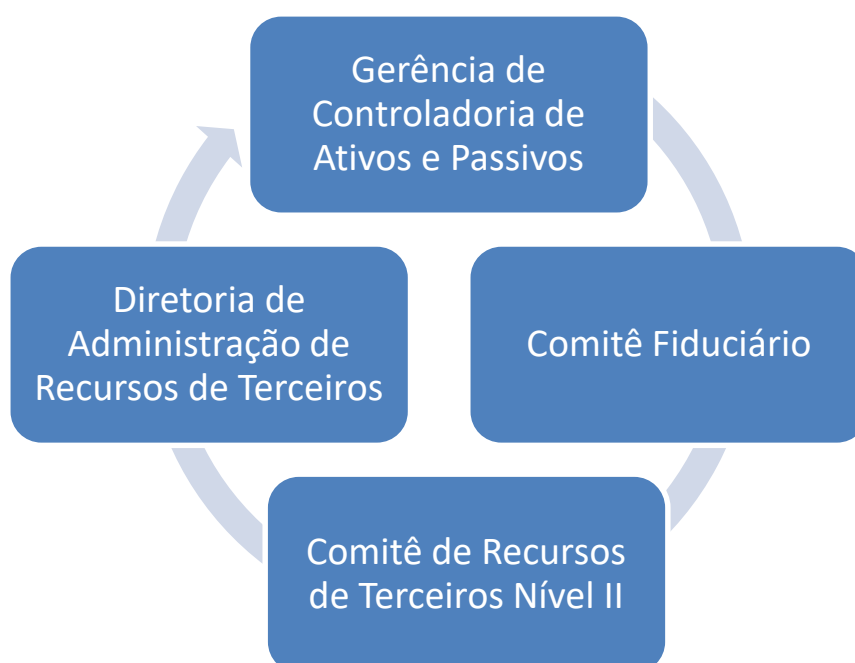
A aplicação dos preços e ou taxas dos ativos financeiros que compõem as carteiras dos Fundos de Investimento é validada pela área executora da precificação dos ativos, com base na variação da rentabilidade da cota do Fundo de Investimento e da posição por tipo de ativo financeiro em cada Fundo de Investimento.

#### **4.6. Monitoramento do processo de MaM**

O Banrisul realiza o monitoramento sistemático do processo de MaM, de suas regras, procedimentos e controles internos com independência, uma vez que não está subordinada à área de gestão de recursos ou a qualquer área comercial.

#### **4.7. Supervisão Dinâmica da Metodologia**

A metodologia de precificação dos ativos financeiros dos Fundos de Investimento utilizada pelo Banrisul é dinâmica, sendo revisada sistematicamente pela Gerência de Controladoria de Ativos e Passivos, da Unidade de Administração de Recursos de Terceiros, com trâmites de avaliação no Comitê Fiduciário e Comitê de Recursos de Terceiros Nível II, quando for o caso, e deliberação final da Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros.



## **5. ASPECTOS METODOLÓGICOS**

### **5.1. Convenções Utilizadas**

#### **5.1.1. Taxas de juros no mercado brasileiro**

Para operações em moeda nacional, o Banrisul utiliza o sistema de capitalização composta e contagem em dias úteis (base anual/252 dias). Para operações em dólar o sistema é o de capitalização simples e a contagem é em dias corridos, (base anual/360 dias).

#### **5.1.2. Método de interpolação e extrapolação**

O objetivo da interpolação/extrapolação é o de calcular o valor de um fluxo em uma data que não coincide com as datas (vértices das curvas de juros) para as quais existem dados disponíveis.

Em geral, são utilizados três modelos de interpolação/extrapolação, a saber: linear, exponencial e *spline*. O Banrisul adota o método de interpolação/extrapolação exponencial nestes vértices.

#### **5.1.3. Estrutura temporal das taxas de juros**

A estrutura temporal das taxas de juros demonstra o comportamento das taxas de juros futuros. Através dela, podem ser identificadas as expectativas destas taxas para diversos horizontes temporais.

O Banrisul emprega a estrutura a termo das taxas de juros obtida através de Swaps DI x Pré da B3, preferencialmente, e dos preços de ajuste dos contratos futuros de DI; ou através da estrutura temporal divulgada pela ANBIMA, adotada em função da remuneração de cada ativo financeiro (IPCA e PRE).

Os contratos de DI são negociados por meio de uma taxa expressa em percentual ao ano e cuja liquidação é ao valor de R\$ 100.000,00. Para o cálculo do

preço unitário diário, é realizado o desconto do valor final de R\$ 100.000,00 pela taxa de juros do contrato:

$$P.U. = \left( \frac{100.000}{\left(1 + \frac{i}{100}\right)^{\frac{du}{252}}} \right)$$

Onde:

- PU = preço unitário;
- i = taxa de juros do contrato no vencimento (base 252 dias úteis);
- du = dias úteis até o vencimento do contrato.

Para realizar o cálculo da taxa de juros com base no preço do ajuste de contrato (PU):

$$i = \left[ \left( \frac{100.000}{PU} \right)^{\frac{252}{du}} - 1 \right] \times 100$$

Onde:

- PU = preço unitário;
- i = taxa de juros do contrato no vencimento (base 252 dias úteis);
- du = dias úteis até o vencimento do contrato.

#### 5.1.4. Valor das cotas de abertura/fechamento

O valor da cota de fechamento é calculado por dia útil, independente de feriado de âmbito estadual ou municipal na sede do Banrisul, com base em avaliação patrimonial diária que considere o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira, obtido no fechamento dos mercados em que o Fundo de Investimento atua.

O valor da cota de abertura é calculado por dia útil, independente de feriado de âmbito estadual ou municipal na sede do Banrisul, com base em avaliação patrimonial diária que considere o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira, obtido no fechamento dos mercados em que o Fundo de Investimento atua, no dia útil imediatamente anterior, atualizado por um dia pela taxa DI.

Entende-se por dia não útil, os sábados, domingos e feriados nacionais, incluídas, as datas em que o Banco Central do Brasil não autoriza o funcionamento do mercado financeiro.

## 5.2. Fontes de Informações Primárias

O Banrisul adota, preferencialmente, os preços e ou taxas disponíveis nas fontes de informações primárias para a precificação dos ativos em suas carteiras, conforme segue:

- Títulos públicos federais: ANBIMA ([www.anbima.com.br](http://www.anbima.com.br))
- Taxa DI: CETIP ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br))
- Ações, opções sobre ações líquidas, termo de ações, contratos futuros, swaps, commodities (agrícolas): B3 ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br))
- Títulos privados: ANBIMA para debêntures com mercado secundário ativo.
- Dólar: Banco Central do Brasil ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)).

As fontes de informações primárias estão detalhadas nas especificações de cada ativo financeiro neste Manual de MaM. Caso a fonte pública de informação primária de divulgação não disponibilize os dados em tempo hábil para o processamento das cotas, definido como até às 20 horas e 30 minutos, a área responsável pela precificação repete as cotações, as taxas e as estruturas a termo coletadas no dia útil imediatamente anterior.

## 5.3. Fontes de Informações Alternativas

A definição de métodos e ou fontes alternativas de precificação dos ativos das carteiras dos Fundos de Investimento, estão detalhadas nas especificações de cada ativo financeiro deste Manual de MaM.

Embora não exista um padrão único de critérios de marcação a mercado, em especial para aqueles ativos que não tem apreçamento público transparente, o Banrisul busca sempre a utilização das melhores práticas em função das informações e costumes correntes do mercado. De forma a identificar a similaridade entre os ativos quanto ao seu risco de crédito, observando-se, sempre que possível a combinação dos parâmetros: emissor, *rating*, setor, subsetor/segmento de atuação, *duration*, indexador/tipo de remuneração, e demais *proxies* entendidas como elegíveis em virtude da sua semelhança na amostra de dados do mercado secundário.

Caso o Administrador Fiduciário entenda necessário a utilização de *proxies* para precificação de ativos financeiros sem divulgação pública de preço, é vedada a utilização de parâmetro baseado somente em fatores de risco de mercado como

indexador/tipo de remuneração do ativo, sem que sejam levados em consideração demais fatores que contemplem o risco de crédito do emissor.

Sempre que for aplicado *proxy* ou *spread* para precificação de ativos por método alternativos, tais parâmetros deverão ser submetidos à reavaliação, no mínimo semestral, do Comitê Fiduciário e deliberação da Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros, assim como se identificado evento que implique alteração no risco de crédito do ativo ou emissor.

## **6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL QUE INTERAGE COM A PRECIFICAÇÃO**

### **6.1. Gerência de Controladoria de Ativos e Passivos**

A estrutura organizacional que interage no processo de precificação dos ativos financeiros utilizada pelo Banrisul contempla uma área executora da precificação dos ativos - Gerência de Controladoria de Ativos e Passivos, lotada na Unidade de Administração de Recursos de Terceiros e subordinada a Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros.

A metodologia adotada no apreçamento submete-se a instâncias consultivas estruturadas em comitês (Comitê Fiduciário e Comitê de Recursos de Terceiros Nível II), conferindo o caráter de segregação e de mitigação de potenciais conflitos de interesses existentes na estrutura organizacional. Após as avaliações dos comitês, segue para deliberação da Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros do Administrador Fiduciário.

Cabe à Gerência de Controladoria de Ativos e Passivos, além da execução da precificação, com base neste MaM e com os procedimentos específicos de critérios de apreçamentos estabelecidos nos Níveis 1 e 2, a revisão sistemática da metodologia de precificação dos ativos financeiros dos Fundos de Investimento utilizada pelo Banrisul, consolidada neste Manual de MaM e os respectivos encaminhamentos nos trâmites consultivos e deliberativos.

Não há subordinação da Gerência de Controladoria de Ativos e Passivos a quaisquer áreas do Administrador Fiduciário em que possa ocorrer conflito de interesse.

### **6.2. Controladoria**

Além disso, a Gerência de Controles Internos e *Compliance* da Controladoria do Administrador, subordinada de forma independente ao Diretor da Diretoria de

Controle e Risco, realiza o monitoramento sistemático do processo de MaM, incluindo as etapas de coleta, tratamento, validação e aplicação dos preços às carteiras dos Fundos de Investimento previstos neste Manual de MaM e nas avaliações dos Comitês e deliberações da Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros. Possíveis divergências e ou inconsistências são apontadas à área executora da precificação dos ativos financeiros (Gerência de Controladoria de Ativos e Passivos) pelo *compliance por meio de sistema interno*, sendo que: (i) a área executora da precificação dos ativos financeiros avalia as inconsistências: (a) se não houver prejuízo aos cotistas, encaminha diretamente ao compliance a resposta, com plano de ação, se necessário; (b) se houver prejuízo, a área executora encaminha parecer com plano de ação ao Comitê Fiduciário, onde é avaliada a materialidade do impacto: (b1) em caso negativo, encaminha com parecer e plano de ação para a Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros, o qual delibera para resposta ao Compliance; (b2) em caso positivo de materialidade, encaminha com parecer e plano de ação para o Comitê de Recursos de Terceiros Nível I, o qual avalia e delibera para resposta ao Compliance.

### **6.3. Comitê Fiduciário**

O Comitê Fiduciário é um órgão consultivo da Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros do Banrisul S.A. quanto às atividades de administração fiduciária desenvolvida pela Unidade de Administração de Recursos de Terceiros incluídas às questões relativas à precificação. É composto pelos seguintes integrantes da Unidade de Administração de Recursos de Terceiros, com direito a voto:

- Superintendente Executivo;
- Gerentes Executivos;
- Analista responsável pelos controles internos;
- Analista responsável pela administração fiduciária;
- Analista responsável pela controladoria diurna;
- Analista responsável pela controladoria noturna;
- Demais analistas; e
- Assistentes, sem direito a voto.



A coordenação do Comitê Fiduciário é exercida pelo Superintendente Executivo ou, na falta deste, pelo Gerente Executivo da Gerência de Administração Fiduciária, o qual, com a finalidade de qualificar os pareceres poderá convidar outros especialistas para as reuniões, sem direito a voto.

No tocante à precificação de ativos financeiros, compete ao Comitê Fiduciário, avaliar e emitir parecer sobre questões relativas à precificação dos ativos financeiros mantidos nas carteiras dos Fundos de Investimento e Carteiras Administradas: **(i)** avaliar e validar a metodologia que será utilizada para a precificação dos ativos financeiros integrantes das carteiras dos recursos administrados, consolidada no Manual de MaM; **(ii)** avaliar as provisões dos ativos financeiros com risco de crédito, inclusive quando da alteração da classificação de risco do emissor e ou emissão; **(iii)** avaliar e validar as fontes fornecedora de taxas, de curvas de preços e spreads de crédito; **(iv)** avaliar o uso de metodologias para situações não usuais, como em casos de aumento significativo de volatilidade no mercado financeiro, eventos de estresse em que as taxas, curvas de preços e spreads não sejam públicos e ou transparentes, ou não reflitam, adequadamente, a marcação a mercado do ativo; **(v)** efetuar revisão sistemática do processo e da metodologia de precificação de ativos financeiros, de modo a seguir as melhores práticas do mercado; e **(vi)** outros assuntos relacionados à precificação de ativos financeiros para as carteiras dos Fundos de Investimento e Carteiras Administradas.

Considerando tratar-se de órgão consultivo, os assuntos pautados no Comitê Fiduciário devem ser submetidos, em ato contínuo, à deliberação da Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros do Administrador Fiduciário, à exceção da pauta estabelecida no item (i) das competências listadas que, anteriormente à deliberação diretiva, deve ser submetido à apreciação do Comitê de Recursos de Terceiros Nível II.

As reuniões do Comitê Fiduciário são mensais ou extraordinárias, cujos pareceres são tomados por maioria simples, e encaminhados para a tomada de decisão e deliberação final e exclusiva da Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros.

#### **6.4. Comitê de Recursos de Terceiros Nível II**

O Comitê de Recursos de Terceiros Nível II é um órgão consultivo da Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros quanto ao Manual de Marcação a Mercado (Manual de MaM) e assuntos correlatos utilizado pelo Administrador

Fiduciário. O Comitê de Recursos de Terceiros Nível II é integrado pelos seguintes membros, com direito a voto:

- Superintendente Executivo da Unidade de Administração de Recursos de Terceiros;
- Superintendente Executivo da Unidade de Política de Crédito e Análise de Risco;
- Superintendente Executivo da Unidade de Gestão de Riscos Corporativos; e
- Superintendente Executivo da Unidade de Contabilidade.

Nos casos de impossibilidade ou afastamento temporário do Superintendente Executivo, este pode ser substituído por um Gerente Executivo indicado. Quando da pauta de alteração do Manual de MaM, devem ser incorporados ao Comitê, como integrantes com direito a voto, os seguintes membros:

- Gerente Executivo e ou o analista responsável pela controladoria diurna da Unidade de Administração de Recursos de Terceiros; e
- Gerente Executivo e ou o analista responsável pela execução dos procedimentos contábeis dos Fundos de Investimento;

O Comitê de Recursos de Terceiros Nível II é coordenado pelo Superintendente Executivo da Unidade de Administração de Recursos de Terceiros. Considerar-se-á constituída a reunião do Comitê de Recursos de Terceiros Nível II que contar com a presença de, no mínimo, 2 (dois) integrantes com direito a voto mais o Coordenador do Comitê, observada a obrigatoriedade da participação dos integrantes nas reuniões cujas matérias estejam vinculadas às respectivas áreas. O Coordenador, pode convidar outros membros para as reuniões com a finalidade de qualificar os critérios de avaliação, sem direito a voto.

Compete ao Comitê de Recursos de Terceiros Nível II avaliar e emitir parecer sobre a metodologia utilizada para a precificação dos ativos financeiros integrantes das carteiras dos recursos administrados, consolidada no Manual de MaM, bem como nos casos de default de ativos financeiros que compõem as carteiras dos Fundos de Investimento.

O Comitê de Recursos de Terceiros Nível II, por meio do seu Coordenador, pode convidar outros membros para as reuniões com a finalidade de qualificar os critérios de avaliação. Na ausência ou impedimento de Superintendente Executivo, um Gerente Executivo pode substituí-lo, sendo que, no caso do Superintendente Executivo da Unidade de Administração de Recursos de Terceiros, este deve ser

substituído pelo Gerente Executivo da Gerência de Controladoria de Ativos e Passivos.

A periodicidade das reuniões do Comitê de Recursos de Terceiros Nível II , salvo em situações de excepcionalidades, é mensal. Podem ocorrer reuniões extraordinárias sempre que forem registrados casos de crise ou aumento significativo de volatilidade no mercado financeiro local ou mundial, ou caso ocorram alterações substanciais nas condições de risco, crédito e/ou liquidez dos ativos mantidos nos recursos administrados ou sempre que convocado por seu Coordenador.

As deliberações do Comitê de Recursos de Terceiros Nível II são tomadas por maioria simples. No caso de empate, o voto do Superintendente Executivo há mais tempo na função, presente na reunião, contará em dobro para o desempate. Compete ao Coordenador do Comitê de Recursos de Terceiros Nível II encaminhar à deliberação da Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros, o parecer do Comitê de Recursos de Terceiros Nível II relativo ao Manual de MaM. Todos os temas abordados e as decisões são registrados em atas, sendo anexadas todas as análises e apresentações nas quais se basearam as decisões, sendo arquivadas por um período mínimo de cinco anos.

### **6.5. Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros**

Responsável pela administração fiduciária das carteiras de valores mobiliários. Dentre outros, tem poderes individuais para: (i) representar as carteiras de valores mobiliários como administrador; (ii) contratar, em nome das carteiras, com terceiros, devidamente habilitados e autorizados, serviços relacionados ao funcionamento e à manutenção das mesmas; e (iii) garantir a manutenção dos fundos de investimento em eventos extremos, em que se faz necessária a assunção das atividades de gestão de recursos pelo administrador, de forma provisória, até que seja possível designar em assembleia novo gestor ou até que se complete a liquidação do fundo; (iv) deliberação final do parecer do Comitê Fiduciário ou Comitê de Recursos de Terceiros Nível II.

## **7. METODOLOGIA DE MaM**

### **7.1. TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS**

#### **7.1.1. Letras Financeiras do Tesouro (LFT)**

## Características do Ativo

### Título Pós-Fixado

Prazo:	Definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão do título.
Remuneração:	Variável, de acordo com a necessidade do ente público
Modalidade:	Escritural, nominativa e negociável.
Colocação:	Oferta pública, colocação direta ou mercado secundário
Valor Nominal:	R\$ 1.000,00 na data-base.
Pgto. de Juros:	Na data do vencimento.
Negociação:	Oferta pública, colocação direta ou mercado secundário.
Base Legal:	Decreto nº 3.859 de 04/07/2001.

Atualização do Valor Nominal: Sobre o valor nominal unitário incidirá remuneração com base na taxa Selic divulgada pelo SISBACEN entre a data da emissão (inclusive) e a data de avaliação, ou data base (exclusive).

- Metodologia

O preço das LFTs é calculado de acordo com a fórmula a seguir:

$$Cotação = \left[ \frac{100}{\left( \frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{DU}{252}}} \right]$$

$$PUMtM = \frac{Cotação \times VNA (PU\_238)}{100}$$

Onde:

- PUMtM = PU de Mercado
- PU\_238 = PU par divulgado pelo BACEN através da Resolução nº 238. O PU é definido com o PU de emissão corrigido pela Selic acumulada.
- i = Taxa anual de ágio ou deságio aplicada ao ativo.
- DU = Dias úteis acumulados entre a data atual e o vencimento do ativo

Fonte Primária: Sobre o valor nominal unitário incidirá uma remuneração que contemplará juros remuneratórios estabelecidos com base na taxa Selic divulgada pelo Sisbacen entre a data de emissão (inclusive) e a data de avaliação, ou data-base (exclusive). São adotadas taxas indicativas (%a.a. base 252 dias)

divulgadas diariamente pela ANBIMA no site [www.anbima.com.br](http://www.anbima.com.br). Quando os vencimentos destes papéis não coincidirem com os divulgados, as taxas são obtidas através do método de interpolação.

Fonte Alternativa: Consulta a, no mínimo, duas instituições *dealers* do Banco Central do Brasil, sendo adotada a média aritmética entre as cotações coletadas. Critério de utilização: Recebimento de informações da fonte primária após 20 horas e 30 minutos ou em caso de distorções significativas de preços observados na ANBIMA.

### 7.1.2. Letras do Tesouro Nacional (LTN)

#### Características do Ativo

Título Prefixado

Prazo:	Definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão do título.
Remuneração:	Definida pelo deságio sobre o valor nominal.
Modalidade:	Escritural, nominativa e negociável.
Colocação:	Oferta Pública, colocação direta ou mercado secundário.
Valor Nominal:	R\$ 1.000,00 no vencimento.
Resg. Principal:	Na data de vencimento pelo valor nominal.
Base Legal:	Decreto nº 3.859 de 04/07/2001.

#### Metodologia

As Letras do Tesouro Nacional – LTN são apreçadas de acordo com a fórmula a seguir:

$$PUMtM = \frac{V.R.}{\left(\frac{i}{100} + 1\right)^{\frac{DU}{252}}}$$

Onde:

- PUMtM = PU de Mercado
- V.R. = Valor de resgate no vencimento (= R\$ 1.000,00).
- i = Taxa de juros pré do mercado para o vencimento do título.
- DU = Dias úteis acumulados entre a data atual e vencimento do ativo.

Fonte Primária: São adotadas taxas indicativas (%a.a. base 252 dias) divulgadas diariamente pela ANBIMA no site [www.anbima.com.br](http://www.anbima.com.br).

Fonte Alternativa: Consulta a, no mínimo, duas instituições *dealers* do Banco Central do Brasil, sendo adotada a média aritmética entre as cotações coletadas. Critério de utilização: Recebimento de informações da fonte primária após 20 horas e 30 minutos ou em caso de distorções significativas de preços observados na ANBIMA.

### 7.1.3. Notas do Tesouro Nacional – NTN

#### 7.1.3.1. Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B)

##### Características do Ativo

###### Título Pós-Fixado

Prazo:	Definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão do título.
Remuneração:	Definida pelo Ministro de Estado da Fazenda.
Modalidade:	Escritural, nominativa e negociável.
Colocação:	Oferta pública, colocação direta ou mercado secundário.
Valor Nominal:	R\$ 1.000,00 na data-base.
Pgto. de Juros:	Semestral, com ajuste no 1º período de fluência quando couber.
Resg. do Principal:	Na data de vencimento.
Base Legal:	Decreto nº 3.859 de 04/07/2001 e Portaria nº 490 de 29/11/1999.

Atualização do Valor Nominal: Sobre o valor nominal incidirá remuneração que contemplará correção estabelecida com base no índice IPCA oficial, divulgado pelo IBGE, até o mês anterior, e a projeção divulgada pela ANBIMA para o mês corrente.

###### *Cálculo do Pagamento Semestral*

$$\text{Taxa de Cupom Semestral} = \left[ \left( \frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{12}} - 1 \right] \times 100$$

Onde:

- $i$  = é a taxa de juros do título em porcentagem ao ano.
- $n$  = é o prazo decorrido em meses desde a emissão ou desde o último pagamento de juros.

### Metodologia

O modelo de cálculo de mercado desse ativo consiste em trazer os fluxos de caixa a valor presente, levando-se em conta a taxa de mercado, conforme fórmula a seguir:

$$PU = 1000 \times \frac{IPC - A_T}{IPC - A_0} \times \left[ \sum_{i=0}^T \frac{C_i}{(r_i + 1)^{\frac{N_i}{252}}} + \frac{1}{(r_T + 1)^{\frac{N_p}{252}}} \right]$$

Onde:

- $PU$  =  $PU$  de Mercado.
- $IPC - A_T$  =  $IPC - A$  na data de avaliação do título.
- $IPC - A_0$  =  $IPC - A$  na data base do título.
- $C_i$  = Taxa de cupom do fluxo “ $i$ ”.
- $r_i$  = Taxa spot do cupom  $IPC - A$  para o prazo “ $i$ ”.
- $r_T$  = Taxa spot do cupom  $IPC - A$  até o vencimento.
- $N_i$  = Número de dias úteis até a data do fluxo “ $i$ ”.
- $N_v$  = Número de dias úteis até o vencimento do título.

Fonte primária: São adotadas taxas indicativas (%a.a. base 252 dias) divulgadas pela ANBIMA no site [www.anbima.com.br](http://www.anbima.com.br).

Fonte Alternativa: Consulta a, no mínimo, duas instituições *dealers* do Banco Central do Brasil, sendo adotada a média aritmética entre as cotações coletadas. Critério de utilização: Recebimento de informações da fonte primária após 20 horas e 30 minutos ou em caso de distorções significativas de preços observados na ANBIMA.

### 7.1.3.2. Notas do Tesouro Nacional Série C (NTN- C)

#### Características do Ativo

## Título Pós-Fixado

Prazo:	Definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão do título.
Remuneração:	Definida pelo Ministro de Estado da Fazenda.
Modalidade:	Escritural, nominativa e negociável.
Colocação:	Oferta pública, colocação direta ou mercado secundário.
Valor Nominal:	R\$ 1.000,00 na data-base.
Pgto. de Juros:	Semestral, com ajuste no 1º período de fluência quando couber.
Resg. do Principal:	Na data de vencimento.
Base Legal:	Decreto nº 3.859 de 04/07/2001 e Portaria nº 490 de 29/11/1999.

Atualização do Valor Nominal: Sobre o valor nominal incidirá remuneração que contemplará correção estabelecida com base no índice IGP-M oficial, divulgado pela FGV, até o mês anterior ao corrente, e a projeção divulgada pela ANBIMA para o mês corrente;

### *Cálculo do Pagamento Semestral*

$$\text{Taxa de Cupom Semestral} = \left[ \left( \frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{12}} - 1 \right] \times 100$$

Onde:

- $i$  = é a taxa de juros do título em porcentagem ao ano.
- $n$  = é o prazo decorrido em meses desde a emissão ou desde o último pagamento de juros.

### *Metodologia*

O modelo de cálculo de mercado desse ativo consiste em trazer os fluxos de caixa a valor presente, levando-se em conta a taxa de mercado, conforme fórmula a seguir:

$$PU = 1000 \times \frac{IGP - M_T}{IGP - M_0} \times \left[ \sum_{i=0}^T \frac{C_i}{(r_i + 1)^{\frac{Ni}{252}}} + \frac{1}{(r_T + 1)^{\frac{N_v}{252}}} \right]$$



Onde:

- $PU = PU$  de Mercado.
- $IGP-MT = IGP-M$  na data de avaliação do título.
- $IGP-M0 = IGP-M$  na data base do título.
- $Ci$  = Taxa de cupom do fluxo “i”.
- $ri$  = Taxa spot do cupom IGP-M para o prazo “i”.
- $rT$  = Taxa spot do cupom IGP-M até o vencimento.
- $Ni$  = Número de dias úteis até a data do fluxo “i”.
- $Nv$  = Número de dias úteis até o vencimento do título.

Fonte primária: São adotadas taxas indicativas (%a.a. base 252 dias) divulgadas pela ANBIMA no site [www.anbima.com.br](http://www.anbima.com.br).

Fonte Alternativa: Consulta a, no mínimo, duas instituições dealers do Banco Central, sendo adotada a média aritmética entre as cotações coletadas.

Critério de utilização: Recebimento de informações da fonte primária após 20 horas e 30 min ou em caso de distorções significativas de preços observados na ANBIMA.

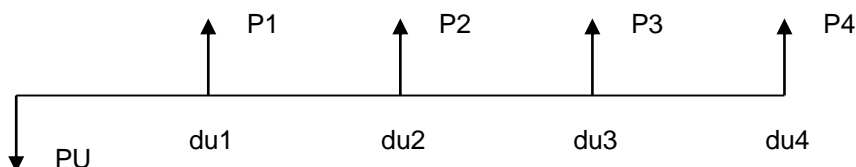
### **7.1.3.3. Notas do Tesouro Nacional Série F (NTN-F)**

#### **Características do Ativo**

Título Prefixado

Prazo	:	Definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão do título.
Remuneração:		Definida pelo deságio sobre o valor nominal.
Modalidade:		Escritural, nominativa e negociável.
Colocação:		Oferta pública, colocação direta ou mercado secundário.
Valor Nominal:		R\$ 1.000,00 no vencimento.
Pgto. de Juros:		Semestral.
Resg. do Principal:		Na data de vencimento pelo valor nominal.
Base Legal:		Decreto nº 3.859 de 04/07/2001.

As NTN-F possuem fluxo de pagamento de juros semestral, sendo essa sua única distinção em relação às LTN, abordadas anteriormente. Para exemplificar, considerando o valor nominal de R\$1.000,00 e cupom de 10% ao ano, o fluxo de caixa de uma NTN-F de 2 anos de prazo, com emissão em 1º/3/10, pode ser representado por:



Onde:

- $P1 \text{ (em } 1^{\circ}/09/10) = P2 \text{ (em } 1^{\circ}/03/11) = P3 \text{ (em } 1^{\circ}/09/11) = R\$ 1.000 \times [(1,1)^{(1/2)} - 1]$ ; e  $P4 \text{ (em } 1^{\circ}/03/12) = R\$ 1.000 \times (1,1)^{(1/2)}$

Fonte Primária: São adotadas taxas indicativas (%a.a. base 252 dias) divulgadas pela ANBIMA no site [www.anbima.com.br](http://www.anbima.com.br).

Fonte Alternativa: Consulta a, no mínimo, duas instituições *dealers* do Banco Central do Brasil, sendo adotada a média aritmética entre as cotações coletadas. Critério de utilização: Recebimento de informações da fonte primária após 20 horas e 30 minutos ou em caso de distorções significativas de preços observados na ANBIMA.

#### 7.1.3.4. Notas do Tesouro Nacional–D (NTN-D) e Notas do Banco Central– E (NBC-E)

##### Características dos Ativos

##### NTN-D

Prazo:	Definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão do título.
Remuneração:	Definida pelo Ministro de Estado da Fazenda.
Modalidade:	Escritural, nominativa e negociável.
Colocação:	Oferta pública, colocação direta ou mercado secundário
Valor Nominal:	R\$ 1.000,00 na data-base.
Atualiz.do VN:	PTAX 800 – dólar comercial, sendo consideradas as taxas médias de venda do dia útil imediatamente anterior às datas de emissão e de resgate do título.
Pgto. de Juros:	Semestral.
Resg. do Principal:	Na data de vencimento.
Base Legal:	Decreto nº 3.859 de 04/07/2001 e artigo 3º da portaria MF/GM nº 183, de 31.07.2003.

## NBC-E

Prazo:	Definido pelo Banco Central do Brasil, quando da emissão do título.
Remuneração:	Definida pelo Banco Central do Brasil.
Modalidade:	Escritural, nominativa e negociável.
Colocação:	Oferta pública, colocação direta ou mercado secundário.
Valor Nominal:	R\$ 1.000,00 na data-base.
Atualiz. do VN :	PTAX 800 – dólar comercial, sendo consideradas as taxas médias de venda do dia útil imediatamente anterior às datas de emissão e de resgate do título.
Pgto. de Juros:	Semestral.
Resg. do Principal:	Na data de vencimento.
Base Legal:	Decreto nº 2.760 – 27.07.2000, Circular BCB nº 2.960, de 19.01.2000, e Carta Circular nº 2.893 de 19.01.2000.

Atualização do Valor Nominal: Sobre o valor nominal é acrescida a variação cambial do dia útil imediatamente anterior à data de emissão do papel até o último dia útil anterior à data de cálculo. Para a variação cambial, utiliza-se o dólar PTAX-800 de venda, disponibilizado pelo Banco Central do Brasil, através do SISBACEN.

### *Cálculo do Pagamento Semestral*

Taxa de juros = 12% a.a.

$$\text{Taxa de Cupom Semestral} = \frac{12\%}{2} = 6\%$$

### *Metodologia*

$$PU = 1000 \times \frac{\text{Dólar}}{PTAX \text{ db} - 1} \times \left[ \sum_{i=0}^T \frac{C_i}{\left(r_i \times \frac{N_i}{360} + 1\right)} + \frac{1}{\left(r_i \times \frac{N_i}{360} + 1\right)} \right]$$

Onde:

- $PU$  =  $PU$  de Mercado.
- Dólar = Valor do Dólar na data de avaliação.
- $PTAX\ db-1$  =  $PTAX\ 800$  do dia anterior à data base do título.
- $C_i$  = Taxa de cupom do fluxo “i”.
- $r_i$  = Taxa spot do cupom IGP-M para o prazo “i”.
- $r_T$  = Taxa spot do cupom IGP-M até o vencimento.
- $N_i$  = Número de dias úteis até a data do fluxo “i”.
- $N_v$  = Número de dias úteis até o vencimento do título.

Fonte Primária: São adotadas taxas indicativas na forma linear (%a.a. base 30/360 dias) divulgadas pela ANBIMA no site [www.anbima.com.br](http://www.anbima.com.br), para cota de fechamento ou construindo-se uma curva *zero cupom*, representada na forma linear/360 dias, a partir das taxas indicativas da ANBIMA com a utilização do dólar  $PTAX-800$  de venda, disponibilizado pelo Banco Central do Brasil, através do SISBACEN.

Fonte Alternativa: Consulta a, no mínimo, duas instituições *dealers* do Banco Central do Brasil, sendo adotada a média aritmética entre as cotações coletadas. Critério de utilização: Recebimento de informações da fonte primária após 20 horas e 30 minutos ou em caso de distorções significativas de preços observados na ANBIMA.

## 7.2. TÍTULOS PRIVADOS

### 7.2.1. Certificados de Depósito Bancário – CDBs

#### 7.2.1.1. CDB Com Compromisso de Recompra

O preço de mercado de um CDB com compromisso de recompra é calculado por sua curva original, uma vez que, caso seja necessário vendê-lo, o ativo financeiro é comprado pelo emissor pela taxa de emissão, registrada na CETIP.

#### 7.2.1.2. CDB Sem compromisso de recompra

Tendo em vista a inexistência de fonte pública disponível para a obtenção de preços indicativos desses ativos, bem como um mercado secundário, é adotado pelo Banrisul, como fonte de preços, a mediana da Taxa de Referência das cotações coletadas periodicamente junto aos emissores de títulos. A periodicidade desta coleta é, no mínimo, semanal. O cálculo da mediana da Taxa de Referência leva em consideração a seguinte metodologia:

Os CDBs são divididos de acordo com suas características:

- Sem Subordinação.
- Com Subordinação.

Os CDBs são agrupados e reavaliados periodicamente de acordo com a classificação de risco do emissor definida por metodologia interna de avaliação de risco:

- Risco A
- Risco B
- Risco C
- Risco D
- Risco E

Para cada um dos grupos acima, é feita a segregação por vértice de vencimento dos ativos. O prazo de cada vértice e, também, o número de vértices a serem utilizados em cada curva são definidos em Comitê de Recursos de Terceiros Nível II.

Podem ser excluídas cotações (taxas) consideradas muito abaixo do praticado por outras instituições de classificação de risco semelhante, desde que haja a aprovação pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível II de um critério formal para tanto.

Cada Taxa de Referência deve contar com o número mínimo de 03 cotações de emissores diferentes, por grupo de risco, após exclusões de informações discrepantes. No caso de não atendimento deste requisito é utilizada a fonte alternativa de informações.

Em situações atípicas, o Comitê de Recursos de Terceiros Nível II pode atribuir taxas específicas para determinado emissor desde que estas taxas sejam superiores à mediana calculada para o mesmo nível de risco e prazo de vencimento.

Fica a critério do Comitê de Recursos de Terceiros Nível II a aplicação de um modificador sobre a Taxa de Referência, conforme descrito abaixo:

$TRM = TR \pm \text{Modificador}$

Onde:

- TRM: taxa referente à marcação a mercado modificada
- TR: taxa mediana estabelecida dentro de cada grupo de risco e faixa de prazo
- Modificador: determinado pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível II

O PU marcado a mercado dos CDBs é calculado pela seguinte fórmula:

$$PU MtM = VNA \times \frac{\left\{ 1 + \left[ \left( 1 + \frac{i}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times Tx Curva \right\}^{du}}{\left\{ 1 + \left[ \left( 1 + \frac{i}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times Tx MtM \right\}^{du}}$$

Onde:

- PU MtM = preço unitário marcado a mercado;
- VNA = Valor nominal atualizado;
- Tx Curva = taxa contratada;
- du= dias úteis;
- i = taxa da curva SWAP x Pré ou da ETTJ (IPCA ou PRE) para o vencimento do CDB;
- Tx MtM = taxa apurada para a marcação a mercado com o modificador já aplicado(Mod)

O valor nominal atualizado de ativos oriundos de negociações contratadas como percentual da taxa Selic ou DI é calculado conforme abaixo:

$$fator\ acumulado = \prod_{i=1}^n \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{i}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \% Index + 1 \right\}$$

$$VNA = VNE \times fator\ acumulado$$

Onde:

- $\Pi$  = produtório;
- % index = percentual da taxa contratada
- i = taxa Selic ou DI à vista do dia (a.a.) útil anterior
- VNE = Valor nominal de emissão
- VNA = valor nominal atualizado

De acordo com cada tipo de indexador, a fonte primária para as taxas de mercado é a curva de juros do Swap DI x Pré oriunda do Mercado de Derivativos da BM&FBovespa, ou a Estrutura a Termo das Taxas de Juros Estimada divulgada

pela Anbima, ou curva dos títulos públicos federais (NTN-B quando o indexador for o IPCA e NTN-C para IGP-M) divulgados pela Anbima.

#### Fonte Alternativa

Quando não houver cotações suficientes, é mantida a taxa de referência utilizada na cotação anterior. Na impossibilidade de coleta de informações de mercado por mais de dois períodos de apuração da taxa de referência, os preços/taxas (ou os critérios para se chegar a eles), são definidos pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível II.

No caso dos CDBs “Com Subordinação”, caso não seja possível realizar a cotação dos dados, cabe ao Comitê de Recursos de Terceiros Nível II atribuir um *spread* referente ao custo de subordinação. Este *spread* é somado à taxa correspondente do CDB sem subordinação de igual classificação de risco e vértice de vencimento.

Para as taxas de mercado não disponíveis até às 20 horas e 30 minutos, as taxas das curvas de mercado são repetidas com base nos valores do dia útil anterior. Caso esta situação se torne recorrente, caberá ao Comitê de Precificação deliberar a alteração do horário limite ou atribuir critério alternativo.

#### **7.2.1.2.1. CDBs Prefixados**

Nesse grupo estão incluídos todos os ativos com vencimento e remuneração prefixados. Sua marcação a mercado é feita considerando-se as duas componentes principais para a Taxa de MaM: Taxa Livre de Risco e *Spread* de Crédito.

A Taxa Livre de Risco é a curva dos títulos públicos federais (Estrutura a Termo de Taxa de Juros divulgada diariamente pela Anbima) e o *spread* de crédito é calculado a partir da Taxa de Referência, conforme descrito no item 6.2.1.2.

#### **7.2.1.2.2. CDBs Indexados ao CDI**

Nesse grupo estão incluídos todos os ativos com vencimento e remuneração indexada ao CDI. A taxa de marcação a mercado destes CDBs é composta por dois fatores: a taxa de juros livre de risco, através da projeção do DI disponível na curva do Swap DI x Pré; e do *Spread* de Crédito, calculado a partir da Taxa de Referência, conforme descrito no item 6.2.1.2.

#### **7.2.1.2.3. CDBs Indexados a Índices de Preços**

Nesse grupo estão incluídos todos os ativos com vencimento e remuneração indexada a índices de preços (IPCA/IGP-M). Sua marcação a mercado é feita

considerando-se os dois componentes principais para a taxa MaM: Taxa Livre de Risco e *Spread* de Crédito.

A Taxa Livre de Risco é a curva dos títulos públicos federais (NTN-B quando o indexador for o IPCA e NTN-C para IGP-M) e o *Spread* de Crédito é calculado a partir da Taxa de Referência, conforme descrito no item 6.2.1.2.

#### **7.2.2. Recibos de Depósito Bancário – RDBs**

Os RDBs não admitem negociação e transferência em mercado secundário. Assim, o valor a mercado de um RDB é o mesmo da curva do ativo.

#### **7.2.3. DEPÓSITOS A PRAZO COM GARANTIA ESPECIAL DO FGC DPGEs**

Os Depósitos a Prazo com Garantia Especial do FGC – (DPGE I e DPGE II) têm como principais características: (i) o prazo mínimo de seis meses e prazo máximo de sessenta meses, vedado o resgate, total ou parcial, antes do respectivo vencimento; e (ii) a garantia do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, limitada a R\$ 20 milhões de reais, por titular, englobando o principal mais os juros.

Tendo em vista a inexistência de fonte pública disponível para a obtenção de preços indicativos desses ativos, bem como um mercado secundário, é adotado pelo Banrisul, como fonte de preços, a mediana da Taxa de Referência das cotações coletadas periodicamente junto aos emissores de títulos para cada grupo de classificação de risco. Essa classificação é a mesma adotada para o caso de CDBs. A periodicidade desta coleta é, no mínimo, semanal e o cálculo da mediana da Taxa de Referência leva em consideração as faixas de prazo de vencimento definidas em Comitê de Recursos de Terceiros Nível II.

Podem ser excluídas cotações (taxas) consideradas muito abaixo do praticado por outras instituições de classificação de risco semelhante, desde que haja a aprovação pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível II de um critério formal para tanto.

A Taxa de Referência deve contar com o número mínimo de 03 cotações de emissores diferentes para cada grupo de classificação de risco, após a exclusão



de informações discrepantes. No caso de não atendimento deste requisito é utilizada a fonte alternativa de informações.

Em situações atípicas, o Comitê de Recursos de Terceiros Nível II pode atribuir taxas específicas para determinado emissor desde que estas taxas sejam superiores à mediana calculada para o mesmo nível de risco e prazo de vencimento.

Fica a critério do Comitê de Recursos de Terceiros Nível II a aplicação de um modificador sobre a Taxa de Referência, conforme descrito abaixo:

$$TRM = TR \pm \text{Modificador}$$

Onde:

- *TRM - taxa referente à marcação a mercado modificada.*
- *TR – taxa mediana estabelecida em função do prazo e grupo de risco.*
- *Modificador - determinado pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível II.*

O PU marcado a mercado das DPGEs é calculado pela seguinte fórmula:

$$PU MtM = VNA \times \frac{\left\{ 1 + \left[ \left( 1 + \frac{i}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times Tx Curva \right\}^{du}}{\left\{ 1 + \left[ \left( 1 + \frac{i}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times Tx MtM \right\}^{du}}$$

Onde:

- PU MtM = preço unitário marcado a mercado;
- VNA = Valor nominal atualizado;
- Tx Curva = taxa contratada;
- du= dias úteis;
- i = taxa da curva SWAP x Pré ou da ETTJ (IPCA ou PRE) para o vencimento do CDB;
- Tx MtM = taxa apurada para a marcação a mercado com o modificador já aplicado (Mod)

O valor nominal atualizado de ativos oriundos de negociações contratadas como percentual da taxa Selic ou DI é calculado conforme abaixo:

$$fator\ acumulado = \prod_{i=1}^n \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{i}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \% Index + 1 \right\}$$

$$VNA = VNE \times \text{fator acumulado}$$

Onde:

- $\Pi$  = produtório;
- % index = percentual da taxa contratada
- i = taxa Selic ou DI à vista do dia (a.a.) útil anterior
- VNE = Valor nominal de emissão
- VNA = valor nominal atualizado

Fonte Alternativa: Quando não houver cotações suficientes é mantida a taxa de referência utilizada na cotação anterior. Na impossibilidade de coleta de informações de mercado por mais de dois períodos de apuração da taxa de referência, devem ser identificados ativos similares (CDB ou LF) que possuam amostra suficiente para o cálculo de taxas de referência. Um *spread*, definido pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível II, é somado em relação à mediana deste outro tipo de ativo (CDB ou LF) para que as taxas de DPGEs possam ser calculadas. O valor referente a este *spread* é atribuído pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível II.

Caso não seja possível a aplicação de *spread* em relação a ativos similares, os preços/taxas são definidos pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível II.

#### **7.2.3.1. DPGEs Prefixados**

Nesse grupo estão incluídos todos os ativos com vencimento e remuneração prefixados. Sua marcação a mercado é feita considerando-se os dois componentes principais para a taxa MaM: Taxa Livre de Risco e *Spread* de Crédito.

A Taxa Livre de Risco é a curva títulos públicos federais (Estrutura a Termo de Taxa de Juros divulgada diariamente pela Anbima) e o *spread* de crédito é calculado a partir da Taxa de Referência, conforme descrito no item 6.2.3.

#### **7.2.3.2. DPGEs Indexados ao CDI**

Nesse grupo estão incluídos todos os ativos com vencimento e remuneração indexada ao CDI e sua taxa de marcação a mercado é composta por dois fatores: a taxa de juros livre de risco, através da projeção do DI disponível na curva do Swap DI x Pré; e o *Spread* de Crédito, calculado a partir da Taxa de MaM, conforme descrito no item 6.2.3.

#### **7.2.3.3. DPGEs Indexados a Índices de Preços**

Nesse grupo estão incluídos todos os ativos com vencimento e remuneração indexada a índices de preços (IPCA/IGP-M) e sua marcação a mercado é feita considerando-se os dois componentes principais para a taxa MaM: Taxa Livre de Risco e *Spread* de Crédito.

A Taxa Livre de Risco é a curva dos títulos públicos federais (NTN-B quando o indexador for o IPCA e NTN-C para IGP-M) e o *Spread* de Crédito é calculado a partir da Taxa de MaM, conforme descrito no item 6.2.3.

#### **7.2.4. Debêntures**

As debêntures são ativos que podem ser emitidos por sociedades por ações, de capital aberto ou fechado. Entretanto, para que sejam distribuídas publicamente, devem ser emitidas por companhias de capital aberto, com prévio registro na CVM. Podem ser nominativas ou escriturais. Quanto à classe, podem ser simples, conversíveis ou permutáveis. Já no que diz respeito à garantia, podem ter as seguintes classificações: real, flutuante, quirografária e subordinada.

## **Metodologia de Precificação**

### **Fonte Primária**

Para a precificação das debêntures é utilizada a taxa indicativa da ANBIMA divulgada por meio do Mercado Secundário de Debêntures no site [www.anbima.com.br](http://www.anbima.com.br).

### **Fonte Alternativa I**

Para as emissões que não tenham taxa indicativa divulgada pela ANBIMA é utilizada uma Taxa Livre de Risco (que depende do indexador utilizado: Curva de juros do Swap DI x Pré para CDI e prefixados, NTN-B para IPCA, NTN-C para IGP-M) + “Prêmio de Risco”, definido pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível II.

A Unidade de Administração de Recursos de Terceiros monitora o risco de crédito e liquidez do emissor e, sempre que identificadas inconsistências, deve propor ao Comitê de Recursos de Terceiros Nível II a alteração do “Prêmio de Risco”, a fim de ajustar as taxas de MaM.

### **Fonte Alternativa II**

O Banrisul adota a mediana de, no mínimo, três taxas de referência para emissões de debêntures com prazos e *rating* equivalentes divulgadas pela ANBIMA.

#### **7.2.5. Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRIs**

Os CRIs são títulos de renda fixa lastreados em créditos imobiliários - fluxo de pagamentos de contraprestações de aquisição de bens imóveis, ou de aluguéis - emitidos por sociedades securitizadoras. Podem ser emitidos nas formas simples ou com regime fiduciário. O regime fiduciário implica em constituição de patrimônio separado, administrado por companhia securitizadora e composto pela totalidade dos créditos submetidos ao regime fiduciário que lastreia a emissão, além da nomeação de agente fiduciário, o qual tem como função zelar pela proteção dos direitos e interesses dos beneficiários, acompanhando a atuação

da companhia securitizadora na administração do patrimônio separado, entre outras.

Na precificação dos CRIs utiliza-se uma Taxa Livre de Risco + "Prêmio de Risco", definido pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível II. A Taxa Livre de Risco empregada depende do indexador envolvido no CRI: NTN-B para IPC-A, NTN-C para IGP-M e LTN/NTN-F/DI FUTURO da B3 para prefixados e CDI.

A Unidade de Administração de Recursos de Terceiros monitora o risco de crédito e liquidez do emissor e, sempre que identificadas inconsistências, deve propor ao Comitê de Recursos de Terceiros Nível II a alteração do "Prêmio de Risco", a fim de ajustar as taxas de MaM.

#### **7.2.6. Cédula de Crédito Bancário - CCB**

Título de crédito emitido por pessoa física ou jurídica em favor de instituição financeira ou de entidade a esta equiparada, credora original da CCB, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.

A instituição credora deve integrar o SFN - Sistema Financeiro Nacional, sendo admitida a emissão da CCB em favor de instituição domiciliada no exterior, desde que a obrigação esteja sujeita exclusivamente à lei e ao foro brasileiro. A CCB em favor de instituição domiciliada no exterior pode ser emitida em moeda estrangeira.

Pode ser emitida com ou sem garantia, real ou fidejussória, especificada no corpo do título.

#### **Metodologia de Precificação**

O critério de MaM das CCBs é análogo aos CRIs, com a utilização de uma taxa de mercado + "Prêmio de Risco", definida pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível II. A Taxa de Livre de Risco empregada dependerá do indexador envolvido na CCB: LFT para CDI/SELIC, NTN-B para IPCA, NTN-C para IGP-M e LTN/NTN-F/DI FUTURO da B3 para prefixados.

A Unidade de Administração de Recursos de Terceiros monitora o risco de crédito e liquidez do emissor e, sempre que identificadas inconsistências, deve propor ao Comitê de Recursos de Terceiros Nível II a alteração do "Prêmio de Risco", a fim de ajustar as taxas de MaM.

#### **7.2.7. Letra Financeira – LF**

Letras Financeiras são títulos de crédito de longo prazo (possuem prazo mínimo de dois anos) emitidos por instituições financeiras.

Enquanto não houver fontes públicas de divulgação de preços para este tipo de ativo, a metodologia adotada para a sua precificação é análoga àquela utilizada para CDBs. A sua taxa de marcação a mercado é composta por dois fatores: a taxa de juros livre de risco, através da projeção do DI disponível na curva do Swap DI x Pré (BMF& BOVESPA) para remunerados pelo CDI, e Estrutura a Termo da Taxa Estimada de Juros (ANBIMA) para Prefixados e Remunerados pelo IPCA; e o *Spread* de Crédito, calculado a partir da Taxa de Referência.

Ao menos semanalmente deve ser feita uma coleta de taxas junto a emissores de Letras Financeiras e, caso haja mais de três observações para cada grupo de risco (a classificação destes grupos é a mesma adotada para CDB sem compromisso de recompra), é calculada a mediana das taxas observadas, que correspondem à Taxa de Referência. As faixas de prazo de vencimento para cada grupo são definidas em Comitê de Recursos de Terceiros Nível II.

Caso haja o desenvolvimento de um mercado secundário relevante neste tipo de ativo, o Comitê de Recursos de Terceiros Nível II pode decidir entre utilizar como

fonte de informações as taxas coletadas junto aos emissores, ou os negócios efetivamente realizados e registrados no CETIP.

Fica a critério do Comitê de Recursos de Terceiros Nível II a aplicação de um modificador sobre a Taxa de Referência, conforme descrito abaixo:

$$TRM = TR \pm \text{Modificador}$$

Onde:

- *TRM - taxa referente à marcação a mercado modificada.*
- *TR – taxa mediana estabelecida em função do prazo e grupo de risco.*

*Modificador - determinado pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível II*

O PU marcado a mercado das LFs é calculado pela seguinte fórmula:

$$PU_{MtM} = VNA \times \frac{\left\{ 1 + \left[ \left( 1 + \frac{i}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times Tx_{Curva} \right\}^{du}}{\left\{ 1 + \left[ \left( 1 + \frac{i}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times Tx_{MtM} \right\}^{du}}$$

Onde:

- PU MtM = preço unitário marcado a mercado;
- VNA = Valor nominal atualizado;
- Tx Curva = taxa contratada;
- du= dias úteis;
- i = taxa da curva SWAP x Pré ou da ETTJ (IPCA ou PRE) para o vencimento do CDB;
- Tx MtM = taxa apurada para a marcação a mercado com o modificador já aplicado (Mod)

O valor nominal atualizado de ativos oriundos de negociações contratadas como percentual da taxa Selic ou DI é calculado conforme abaixo:

$$fator\ acumulado = \prod_{i=1}^n \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{i}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \% Index + 1 \right\}$$

$$VNA = VNE \times \text{fator acumulado}$$

Onde:

- $\Pi$  = produtório;
- % index = percentual da taxa contratada
- i = taxa Selic ou DI à vista do dia (a.a.) útil anterior
- VNE = Valor nominal de emissão
- VNA = valor nominal atualizado

Em situações atípicas, o Comitê de Recursos de Terceiros Nível II pode atribuir taxas específicas para determinado emissor desde que estas taxas sejam superiores à mediana calculada para o mesmo nível de risco e prazo de vencimento.

Fica a critério do Comitê de Recursos de Terceiros Nível II a utilização de um modificador sobre a Taxa de Referência, conforme descrito no item 6.2.3.

### **Fonte Alternativa**

Quando não houver cotações suficientes é mantida a Taxa de Referência utilizada na cotação anterior. Na impossibilidade de coleta de informações de mercado por mais de dois períodos de apuração desta taxa, o Comitê de Recursos de Terceiros Nível II avaliará a utilização de um *spread* a ser aplicado sobre as taxas observadas nos CDBs sem compromisso de recompra e sem subordinação. Caso estas informações também sejam insuficientes, caberá a este Comitê definir a taxa a ser praticada.

## **7.3. RENDA VARIÁVEL**

### **7.3.1. Ações**

Ações são títulos negociáveis em bolsa de valores que representam para quem as possui uma fração do capital social de uma empresa.

### **Metodologia Utilizada**

As ações são avaliadas, diariamente, pela cotação de fechamento do pregão da B3. Não havendo negociação no dia, é mantido o preço da última cotação disponível.

Na hipótese de ativos sem negociação nos últimos 90 (noventa) dias o valor do título é avaliado pelo menor entre os seguintes valores: custo de aquisição, última cotação disponível, último valor patrimonial do título divulgado à CVM ou valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação aprovado pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível II.

### **Fonte Primária**

As ações são valoradas pelo último preço de fechamento divulgado pela B3 ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)).

### **Fonte Alternativa**

No caso de não ser disponibilizado pela B3, por qualquer motivo, o arquivo das cotações de fechamento das ações, o Banrisul adota como fonte alternativa de

informações, os preços divulgados por agências de notícias/informações como CMA, *Broadcast*, *Bloomberg* ou *Reuters*.

### **7.3.2. Recibo de Subscrição de Ações**

Direito do exercício de subscrição de ações. Pode ser negociado em bolsa de valores.

#### **Metodologia Utilizada**

Os Recibos de Subscrição de Ações são valorados pelo último preço de fechamento divulgado.

#### **Fonte Primária**

B3 ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)).

#### **Fonte Alternativa**

No caso de não ser disponibilizado pela B3, por qualquer motivo, o arquivo das cotações de fechamento dos direitos de exercício de subscrição de ações ou, não houver negociação do direito em bolsa de valores, o Banrisul adota como fonte alternativa, uma cotação de referência equivalente à diferença da cotação do ativo negociado em bolsa, em relação ao seu preço de subscrição, deduzido de um percentual a ser definido pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível II que considere a menor liquidez do ativo e/ou direitos diferenciados.

### **7.3.3. Direitos de Subscrição de Ações**

Título nominativo negociável que confere a seu titular, nas condições constantes do certificado, direito de subscrever ações do capital social em prazo determinado, a um preço fixado. O direito é exercido mediante apresentação do título à companhia e pagamento do preço de subscrição das ações. Os bônus de subscrição são alienados pela companhia ou por ela atribuídos, como vantagem adicional, aos subscritores de emissões de suas ações. Os acionistas da companhia gozam de preferência para subscrever a emissão de bônus. Até o vencimento, os bônus podem ser comprados e vendidos em Bolsa de Valores. Vencido o prazo de subscrição, os bônus caducam.

#### **Metodologia Utilizada**

Os Bônus de Subscrição de Ações são valorados diariamente pelo último preço de fechamento divulgado.

#### **Fonte Primária**

B3 ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)).



### **Fonte Alternativa**

No caso de não ser disponibilizado pela B3, por qualquer motivo, o arquivo das cotações de fechamento das ações, o Banrisul adota como fonte alternativa de informações, os preços divulgados por agências de notícias/informações como CMA, *Broadcast*, *Bloomberg* ou *Reuters*.

## **7.4. DERIVATIVOS**

### **7.4.1. Contrato a Termo**

De acordo com a B3, no Contrato a Termo, o comprador ou vendedor do contrato a termo se compromete a comprar ou vender certa quantidade de um bem (mercadoria ou ativo financeiro) por um preço fixado, ainda na data de realização do negócio, para liquidação em data futura. Os contratos a termo somente são liquidados integralmente no vencimento. Podem ser negociados em bolsa e no mercado de balcão.

Os contratos a termo podem ser encontrados em bolsa, mas são mais comumente negociados no mercado de balcão (contratos bilaterais negociados fora das bolsas). Em geral, os contratos a termo são liquidados integralmente no vencimento, não havendo possibilidade de sair da posição antes disso. Essa característica impede o repasse do compromisso a outro participante. Em alguns contratos a termo negociados em bolsa, a liquidação da operação a termo pode ser antecipada pela vontade do comprador.

### **Metodologia de Precificação**

A taxa de mercado é obtida a partir das taxas negociadas no mercado futuro de DI da B3.

### **Fonte Primária**

B3 ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)).

### **Fonte Alternativa**

Como fonte alternativa pode ser utilizada a estrutura a termo divulgada diariamente pela ANBIMA.

### **7.4.2. Mercado de Opções**

Pode-se definir opção como o direito de comprar ou de vender certa quantidade de um bem ou ativo, por preço determinado, para exercê-lo em data futura pre-fixada.

### **Metodologia de Precificação**

As opções de ações são consideradas líquidas quando estiverem com elevado volume de negociação e *at-the-money*, ou seja, o seu preço de exercício próximo ao valor do ativo objeto à vista descontado. Neste caso, as opções de ações são avaliadas pelo preço do último negócio efetivado – cotação de fechamento - no pregão da BM&FBOVESPA. Em não havendo negociação no dia, é mantida a última cotação disponível.

### **Fonte Primária**

B3 ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)).

### **Fonte Alternativa:**

Para operações sem liquidez é utilizado o modelo *black & Scholes*.

### **7.4.3. Mercado de Futuros**

De acordo com a B3, deve-se entender o mercado futuro como uma evolução do mercado a termo. Há o compromisso de compra/venda de certa quantidade de um bem (mercadoria ou ativo financeiro) por um preço estipulado para a liquida-ção em data futura.

Enquanto naquele mercado a liquidação dos compromissos ocorre somente na data de vencimento, no mercado futuro, os mesmos são ajustados financeira-mente às expectativas do mercado referentes ao preço futuro daquele bem, por meio do ajuste diário (mecanismo que apura perdas e ganhos). Além disso, os contratos futuros são negociados somente em bolsas.

### **Metodologia de Precificação**

Os contratos futuros de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL), cupom cambial (DDI e FRC) e IBOVESPA são precificados, diariamente, pelos preços de ajuste forne-cidos pela B3, ao final do pregão.

### **Fonte Primária**

B3 ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)).

### **Fonte Alternativa**

No caso de não ser disponibilizado pela B3, por qualquer motivo, o arquivo dos preços dos ajustes, o Banrisul adota como fonte alternativa de informações, os

preços divulgados por agências de notícias/informações como CMA, *Broadcast*, *Bloomberg* ou *Reuters*.

#### **7.4.4. SWAP**

São contratos de troca de indexadores de operações ativas e passivas, sem envolver o principal, apenas pela diferença entre a variação dos indexadores. Os fluxos financeiros são atualizados através de ajustes diários, sendo os contratos registrados na CETIP ou B3, conforme o caso.

##### **- Ponta CDI**

O fluxo financeiro é atualizado pela taxa contratada da operação. São utilizadas para o desconto do fluxo, as taxas de juros futuros divulgadas pela B3.

##### **- Ponta IGP-M**

O fluxo financeiro é atualizado pela variação do indexador do ativo (IGP-M) do mês anterior à data de aquisição do ativo, até o mês anterior à data de avaliação, acrescido da taxa contratada. Para o mês de avaliação é utilizado pró-rata de projeção do indexador divulgada pela ANBIMA. É utilizada para desconto do fluxo, a curva de Taxas Referenciais de *Swap* divulgada pela B3.

##### **- Ponta Dólar**

O fluxo financeiro é atualizado pela variação do indexador do ativo (Dólar – PTAX-800) do dia útil anterior à data de emissão, até o dia útil da data de cálculo. É utilizada para desconto do fluxo, a curva de Taxas Referenciais de *Swap* divulgada pela B3.

##### **- Ponta IBOVESPA**

O fluxo financeiro é atualizado pela variação da cotação do Índice BOVESPA, da data de emissão, até a data de cálculo.

### **7.5. FUNDOS DE INVESTIMENTO**

#### **7.5.1. Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDCs**

São fundos que destinam a aplicação de parcela preponderante do patrimônio (acima de 50%) em direitos creditórios e em títulos representativos desses direitos, originários de operações nos segmentos financeiro, comercial, industrial, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços.

##### **Metodologia de Precificação**

O ajuste dar-se-á pelo valor da cota divulgada diariamente.

### **Fonte Primária**

Administrador do FIDC ou Instituição Financeira responsável pela Controladoria do Ativo do FIDC.

### **Fonte Alternativa**

No caso do administrador do FIDC não divulgar o valor da cota, o Banrisul adota a última cota divulgada atualizada por correção e/ou juros previsto no prospecto de emissão.

#### **7.5.2. Cotas de Fundo de Investimento - FI**

Fundos de Investimento constituídos em consonância com a Instrução CVM nº 409 e alterações posteriores, classificados como de curto prazo, referenciados, renda fixa, ações, cambial e dívida externa.

### **Metodologia de Precificação**

O ajuste dar-se-á pelo valor da cota divulgada diariamente.

### **Fonte Primária**

Administrador do FI ou Instituição Financeira responsável pela Controladoria do Ativo do FI.

### **Fonte Alternativa**

No caso do administrador do FI não divulgar o valor da cota, o Banrisul adota a última cota divulgada.

## **7.6. OUTRAS OPERAÇÕES**

### **7.6.1. Operações Compromissadas**

São operações realizadas através de bancos, lastreadas em títulos privados ou públicos, com prazo de duração de um dia ou mais. O Banrisul só realiza operações com compromisso de recompra a uma taxa definida, sendo a mesma precificada pela taxa da operação;

### **7.6.2. Aluguel de Ações**

A operação de aluguel de ações consiste na transferência de ações do detentor (doador) para um terceiro (tomador) a uma taxa e prazo estipulados. Nas operações de aluguel de ações, a ponta tomadora do aluguel paga ao doador uma taxa sobre o valor das ações com base no preço médio da ação no dia anterior. O valor a ser pago ou recebido é calculado *pro rata temporis*.

## **7.7. ATIVOS NEGOCIADOS NO EXTERIOR**

Para ativos negociados no exterior em dólar, utiliza-se a conversão da PTAX para o Real obtida através do Banco Central do Brasil após o fechamento do mercado brasileiro. Para outras moedas é realizada, primeiramente, a conversão entre a moeda do país de referência para o dólar e, após, a conversão para o Real. As seguintes bases de dados podem ser utilizadas para tanto: *Bloomberg, Broadcast, Reuters e CMA*. O horário de marcação depende do fechamento do mercado local. Caso existam, regularmente, preços de fechamento até às 19h e 30min do horário brasileiro, as taxas e/ou cotações são as do próprio dia. Caso a divulgação ocorra periodicamente após este horário, os parâmetros de negociação são considerados com defasagem de um dia útil.

#### **7.7.1. Bradies**

Títulos emitidos para troca de dívida externa do Brasil em 1994. São precificados pela média das cotações disponibilizadas pelas agências *Bloomberg, Broadcast ou Reuters*.

#### **7.7.2. Globais**

Títulos em dólares com negociação global. São precificados pela média das cotações disponibilizadas pelas agências *Bloomberg, Broadcast ou Reuters*.

#### **7.7.3. Ações Internacionais e ADRs**

São precificadas através das cotações de fechamento divulgadas pela Bolsa onde são negociadas, com conversão em Reais pela Ptax (divulgada diariamente pelo Banco Central), cotação de fechamento de venda. Caso não existam informações divulgadas, podem ser utilizados os dados obtidos através das agências *Bloomberg ou Reuters* como fonte alternativa.

### **7.8. ATIVOS EM DEFAULT**

O risco de crédito decorre da possibilidade de a contraparte não cumprir suas obrigações, parcial ou integralmente, na data combinada. Desse modo, o risco

de crédito consiste não somente em risco de a contraparte ficar totalmente inadimplente com suas obrigações, mas também em apenas poder pagar uma parte de seus compromissos, após a data combinada.

Neste tipo de risco, o emissor de títulos pode não honrar o principal ou o pagamento de juros. Um investidor aceita um investimento com alto risco de crédito pela compensação de ter uma rentabilidade maior.

### **Metodologia de Precificação**

Nos casos ou situações especiais que envolvam o emissor ou o ativo, como por exemplo, indícios relevantes da possibilidade de não honrar compromissos de pagamento de juros ou amortizações, cabe ao Comitê de Recursos de Terceiros Nível II deliberar acerca da necessidade de provisão parcial ou integral do título e, se for o caso, a indicação ao Administrador para o fechamento do fundo para novas aplicações.